



Desdobramentos da transição agroecológica do assentamento rural 72, em Ladário/MS

Edgar Aparecido da Costa e Alberto Feiden

Cobertura geográfica: Centro-Oeste

Setor: Agropecuária e uso do solo

Tipo de medida: Política comunitária e acadêmica



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

Esse estudo de caso faz parte do Repositório de casos sobre o *Big Push* para a Sustentabilidade no Brasil, desenvolvido pelo Escritório no Brasil da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) das Nações Unidas.

Acesse o repositório em: <https://biblioguias.cepal.org/bigpushparaasustentabilidade>.

Os direitos autorais pertencem à CEPAL, Nações Unidas. A autorização para reproduzir ou traduzir total ou parcialmente esta obra deve ser solicitada à CEPAL, Divisão de Publicações e Serviços Web: publicaciones.cepal@un.org. Os Estados-Membros das Nações Unidas e suas instituições governamentais podem reproduzir esta obra sem autorização prévia. Solicita-se apenas que mencionem a fonte e informem à CEPAL tal reprodução.

A imagem da capa foi gerada com o Wordclouds.com.

As opiniões expressadas nesse documento, que não foi submetido à revisão editorial, são de exclusiva responsabilidade dos autores e das autoras e podem não coincidir com a posição da CEPAL ou das instituições em que estão filiados.

Os autores e as autoras são responsáveis pelo conteúdo e pela exatidão das referências mencionadas e dos dados apresentados.

Desdobramentos da transição agroecológica do assentamento rural 72, em Ladário/MS

Edgar Aparecido da Costa¹ e Alberto Feider²

Resumo

O objetivo deste trabalho é descrever os desdobramentos do processo de transição agroecológica do assentamento rural 72, em Ladário/MS induzida por pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e da Embrapa Pantanal, juntamente com os parceiros estabelecidos ao longo de oito anos (2011-2019) de intervenção. O público alvo da ação são agricultores assentados de reforma agrária extremamente pobres, dependentes de bolsa família. Utilizou-se da pesquisa participante para descrição desta experiência. Observou-se que impulsos promovidos por animadores territoriais em parceria possuem capacidade dinamizadora do desenvolvimento das dimensões econômica, social e ambiental. Contudo para que as ações tenham êxito, é necessário respeitar as dinâmicas e os tempos dos agricultores, que não necessariamente são os tempos dos projetos de intervenção.

A. Introdução

Segundo Guanzioli e Di Sabbato (2012), dos 4.551.855 agricultores familiares identificados pelo censo agropecuário de 2006, apenas 452.650 (menos de 10%) produzem quase 70% do valor bruto da produção, enquanto que 2.560.264 (56%) tiveram renda familiar anual menor que R\$ 255,00, e no conjunto produziram apenas 10,1% do valor bruto da produção obtida pela agricultura familiar nesse ano. Os membros deste grupo são considerados inviáveis do ponto de vista da produção. Possivelmente os assentados, objetos do presente estudo, se enquadrariam nesta definição, pois boa parte é beneficiária de programas sociais dos governos, principalmente do programa Bolsa Família. Portanto, pelas suas

¹ Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

² Embrapa Pantanal.

características precisam de metodologias específicas e diferenciadas de intervenção nos processos de desenvolvimento rural.

O contexto geográfico deste estudo são os municípios brasileiros de Corumbá e Ladário, no estado de Mato Grosso do Sul, e envolve reflexões que implicam nas seções municipais bolivianas fronteiriças de Puerto Quijarro e Puerto Suárez, na província Germán Busch, no departamento de Santa Cruz. São unidades territoriais com relativo isolamento geográfico e, também por isso, promovem intenso intercâmbio cultural, turístico, comercial e de pessoas (Feiden e Costa, 2017).

Essas quatro unidades territoriais, juntas, formam o que o IBGE (2016) considera como arranjo populacional de fronteira, configurando-se como o quarto maior em população dentre os 27 existentes ao longo do limite internacional brasileiro. Conta com aproximadamente 150.000 habitantes (pouco mais de 120 mil no lado brasileiro e quase 30 mil, no lado boliviano). Corumbá é o maior território em população, representando 68 % da população total do arranjo.

Geograficamente as áreas urbanas estão distantes de outras cidades, alinhadas em diferentes modais. Corumbá e Ladário são conurbadas e ficam a 220 km de Miranda, a primeira cidade brasileira após o Pantanal. Puerto Quijarro e Puerto Suárez estão a 233 km de Roboré, a primeira cidade com porte razoável na Bolívia, tanto por rodovia, quanto ferrovia. No lado brasileiro, afora os assentamentos rurais da reforma agrária e pequenas comunidades de entorno, por mais de 150 km, é só Pantanal. Vale destacar que Miranda e Roboré não se configuram como centros de abastecimento para essas cidades de fronteira. O principal mercado, do lado brasileiro é Campo Grande que fica a 430 km. Do lado boliviano é Santa Cruz de La Sierra, situada a 640 km.

As pesquisas desenvolvidas nos supermercados de grande e médio porte na cidade de Corumbá em 2009 – que foi uma das propulsoras das induções de desenvolvimento relatadas aqui – demonstraram que a CEASA (Central Estadual de Abastecimento) de Campo Grande era a principal fornecedora de hortifrutigranjeiros para Corumbá. Do total de seu estoque, 17,96% era fornecido por Mato Grosso do Sul, 35,51% por São Paulo, 16,49% do Paraná, 13,02 % de Santa Catarina e o restante, 17,02%, de outros estados (RS, MG, GO, TO, DF, ES, BA, MT, RN, PA, RJ e RO) (Soares, Zarate e Costa, 2009a e 2009b).

A situação encontrada os assentamentos rurais de Corumbá e de Ladário, em 2010, era bastante complicada. Não se percebia um apoio governamental em torno da extensão rural, seja pela deficiência de pessoal, seja pela falta de recursos para apoiar as famílias camponesas. O grande problema enfrentado por essas famílias era a falta de água suficiente para consumo e para produção.

Em função das pesquisas desenvolvidas nos supermercados de Corumbá e de Ladário sabia-se que a maioria deles não compravam das famílias camponesas por que essas não tinham uma produção capaz de garantir uma entrega continuada. A sazonalidade produtiva era bastante intensa e o cooperativismo não estava presente no rural dessa fronteira (Soares, Zarate e Costa, 2009a e 2009b).

O assentamento 72 é objeto dessa descrição de *big push* da sustentabilidade. Dele foram desencadeados vários processos que atingiram as áreas urbanas do arranjo fronteiriço descrito. O assentamento foi criado em 1999 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, com o desmembramento da Fazenda Primavera. Após várias negociações foram assentadas 85 famílias e muitas delas já estavam acampadas há quase dois anos nas proximidades (entorno da Baía Negra) na expectativa do desfecho sobre a terra em questão. A área total do assentamento é de 2.341,2996 ha, com média de 18,5 ha por lote. Situa-se entre as coordenadas 19°03' a 19°07' de latitude Sul e entre 57°33' a 57°36' de longitude Oeste (Figura 1). O nome “72” é originário da forma de organização da antiga fazenda: eram 72 invernadas para criação de gado bovino (Costa, Zarate e Macedo, 2012).

Figura 1
Localização do Assentamento 72, Ladário-MS.



Autor: Pellegrin, L.A., Embrapa Pantanal, 2019.

O processo de intervenção começou num contexto geográfico formado por uma população residente superior a 200 pessoas, média de 3 pessoas por moradia e predominância do sexo masculino (quase 60%). O diagnóstico preliminar indicava que com pouco mais de 10 anos de existência, ainda sem emancipação, o assentamento já registrava a perversa lógica de T-D-R (Territorialização-desterritorialização-Reterritorialização) acentuada (40% já tinham vendido o lote, mesmo sem a titulação da terra). A população adulta (entre 20 e 60 anos) era predominante, com baixo grau de escolaridade, com 13,50% dos assentados se declarando como analfabetos - percentual acima da média brasileira, sul-mato-grossense e municipal (Zarate, Santos e Costa, 2010).

Pelo menos, 20% das famílias assentadas sobreviviam com algum tipo de ajuda governamental: bolsa família ou bolsa escola. Os poucos cultivos agrícolas existentes (abóbora e milho) dependiam das chuvas (dezembro a março). Existiam pequenas áreas com mandioca e cana para ração bovina. A pecuária bovina representava a principal alternativa de renda, limitada, também, pela escassez de água. A venda de porta em porta na cidade de Ladário era a principal forma de comercialização de, em média, 2 a 4 litros de leite diariamente. A fome era companheira frequente de algumas famílias (Zarate, Santos e Costa, 2010).

A carência de água, a má qualidade das estradas e ausência de assistência técnica eram os principais problemas do assentamento. Outro problema grave era a falta de credibilidade nas instituições (prefeituras, Estado, universidades, agências de extensão, ONG's). Muitas iniciativas foram propostas ao longo dos quase dez anos de existência e todas haviam sido abandonadas após o término dos projetos. Assim, mesmo os que tiveram um início animador não prosperaram após a saída dos estimuladores externos. Em alguns casos, projetos estruturados que induziram os agricultores a tomar empréstimos bancários (mesmo com taxas subsidiadas) além de fracassarem, deixaram os agricultores endividados e inadimplentes, excluídos de qualquer possibilidade de acesso a crédito. Assim, as famílias camponesas estavam desconfiadas e desacreditavam em promessas de políticos e de pesquisadores. A autoestima estava excessivamente baixa. Na cidade eles eram taxados de preguiçosos, pessoas que ganharam terra e não fazia nada para produzir. Este foi o cenário no qual começamos a fazer a intervenção (Zarate, Macedo e Costa, 2010).

Em uma Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC) desenvolvida em 2010, observou-se que havia o interesse das famílias camponesas em produzir hortaliças nos seus lotes (Zarate, Macedo e Costa, 2010).

Esses resultados serviram para comparar com o interesse dos supermercados e trouxeram elementos para elaboração de uma proposta piloto para os assentamentos rurais desta fronteira. Na oportunidade, o CNPq em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), focado no atendimento de iniciativas para apoiar o desenvolvimento rural no Brasil, lançou um Edital na primeira metade de 2010. O grupo de pesquisadores elaborou um projeto de pesquisa intitulado “Alternativas de produção para o assentamento 72, em Ladário/MS” que foi aprovado e cujos recursos permitiram iniciar atividades no local.

Após aprovação do projeto os pesquisadores se reuniram com as famílias camponesas para apresentar as ideias de ação e negociar o que seria possível trabalhar com elas. Utilizou-se a técnica do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e daí as famílias reafirmaram o interesse na produção de hortaliças, pois tinham ciclo produtivo mais curto e, conseqüentemente, um retorno rápido. Na oportunidade, os pesquisadores buscaram parcerias com Sebrae/MS (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul) e SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) (Costa, 2014).

Muitas famílias estavam acostumadas com projetos que forneciam dinheiro através de financiamento. A proposta dos pesquisadores não era dar dinheiro, mas demonstrar tecnologias em hortas modelos, utilizando recursos mínimos para os equipamentos necessários (sementes, sombrite, bandejas de mudas, revitalização de poços). Assim, muitas desistiram. As que persistiram sentiram as mudanças que nos propomos a relatar.

O objetivo deste trabalho é descrever os desdobramentos da transição agroecológica do assentamento rural 72, em Ladário/MS induzida por pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e da Embrapa Pantanal, juntamente com os parceiros estabelecidos ao longo de oito anos (2011-2019) de intervenção. A situação inicial e a verificada atualmente coloca este trabalho como um caso *Big Push* para a Sustentabilidade.

A metodologia utilizada para este texto está baseada na pesquisa participante. Os autores são os responsáveis pela indução e aplicação das teorias do desenvolvimento territorial para um assentamento rural e pela criação do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Pantanal (NEAP). Não é possível olhar de fora, pois, os pesquisadores, também, foram transformados pelos projetos desenvolvidos. Houve um aprendizado mútuo: das famílias camponesas e dos pesquisadores. Por isso, não é possível fazer uma descrição imparcial, mas mobilizada pela crítica e autocrítica que são molas propulsoras da pesquisa-ação – a forma de condução dos projetos desenvolvidos e aqui relatados.

B. Descrição da iniciativa

Foram adotadas estratégias de desenvolvimento territorial rural. Cabe destacar que o entendimento de desenvolvimento esteve fundado na potencialização das liberdades, em conformidade com Sen (2000) e ancorado na abordagem territorial relacional multidimensional E-P-C-N (Economia-Política-Cultura-Natureza) de Saquet (2007; 2008). Isso permitiu uma análise sistêmica do ambiente estudado, permitindo atacar as fragilidades locais e estimular as liberdades capazes de alavancar outras liberdades (Costa, 2014).

Partiu-se da noção de desenvolvimento territorial (por natureza sustentável) elaborado para a escala local, como expressão do processo de empoderamento da comunidade local. As formas materiais são vistas como resultantes das intervenções. As famílias camponesas são tidas e capacitadas para se tornarem protagonistas do seu destino. São trabalhados valores que envolvem o pensar a produção individual e coletivamente. As oportunidades oferecidas pelos agentes da produção do espaço (instituições, empresas) são aproveitadas em acordo com os interesses locais (Costa, Zarate e Macedo, 2012).

A primeira questão enfrentada foi: como dinamizar um grupo de famílias camponesas com significativo tempo de conformismo com o fracasso a agarrar as rédeas do seu destino? Partiu-se do entendimento que não se poderia induzir uma proposta de desenvolvimento de cima para baixo. A medida adota foi construir coletivamente, com foco nos interesses campesinos locais, os passos a serem trilhados. Adotou-se a figura do “animador territorial”, ou seja, agentes externos que apoiam ações territoriais,

auxiliam nas articulações, elaboram projetos, avaliam e discutem avanços e retrocessos. Assim, os pesquisadores funcionam como conselheiros e conciliadores e criam elementos para empoderamento do grupo (Costa, Zarate e Macedo, 2012).

Trata-se de um trabalho que exige confiança. Dentre as estratégias adotadas é possível destacar a postura coerente dos pesquisadores que cumpriram tudo que se comprometeram em fazer (e para isso foi necessário ter a humildade de não prometer muito). Também, foram fundamentais o diálogo, a valorização do saber local, a capacidade de articulação para dentro e para fora do território camponês, a capacidade de reconhecimento das práticas locais para ação, entre outros (Costa, 2014). Mas o fundamental mesmo, foi respeitar a dinâmica dos camponeses e sua noção de tempo, que é diferente do tempo dos projetos. Mesmo com isso tendo problemas em relação a prestação de contas e aos resultados do projeto.

Após aprovação do projeto no CNPq, em dezembro de 2010, a primeira providência foi afinar as ações a serem desencadeadas junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ladário e em consonância com a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento 72. Por parte da Embrapa Pantanal foi aprovado o projeto “Ações para otimização da apropriação do conhecimento e fortalecimento de redes de agroecologia no Mato Grosso do Sul e regiões vizinhas”, que através do plano de ação “Apoio ao desenvolvimento agroecológico dos Assentamentos da Borda Oeste do Pantanal” possibilitou o suporte para atuação da instituição nas atividades. A estratégia utilizada para atração dos interessados no projeto foi deixar os convites a cargo do sindicato e da associação. Com o grupo reunido foi possível estabelecer um plano de ação em duas frentes: na capacitação dos camponeses para o manejo da propriedade e fortalecimento do coletivo e; na produção de hortaliças em bases agroecológicas, visando à venda para o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

A primeira estratégia política foi construir parcerias. A intenção foi reunir a pesquisa e o conhecimento da Universidade e da Embrapa juntamente com a expertise de negócios do SEBRAE. Aparentemente, aliava duas visões antagônicas, já que os valores dos pesquisadores estavam sustentados na ideia de sobrevivência e resistência no campo das famílias assentadas. Entretanto, em nenhum momento essas contradições comprometeram as ações. A parceria com o Sebrae foi consolidada no âmbito do Programa “MS sem fronteiras”. Foram alinhadas as condições e necessidades dos camponeses e a importância de fazê-los entender a propriedade como um negócio. Isso resultou em vários cursos dentre os anos 2011 e 2013.

Com recursos do projeto foram implantadas duas “hortas modelos” e introduzidas as práticas agroecológicas. Trabalhou-se, fortemente a concepção de diversificação produtiva com o cultivo de hortaliças. As duas famílias que receberam os investimentos foram escolhidas de forma participativa pelo grupo. As práticas eram realizadas nos lotes escolhidos, acompanhados pelos demais de aprendiam praticando, no sistema mutirão.

Foi necessário a construção de poços artesanais, pois não tinha água suficiente para produção. Não se conseguia avançar nas práticas, pois não tinha água. Foram construídos quatro poços artesanais com recursos do projeto e com apoio de uma empresa de mineração, provocada por um projeto dos pesquisadores. A partir daí o experimento deslanchou, contribuindo para atingir o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) de número 6 (Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos). Foram adquiridas sementes de vários tipos de hortaliças e plantas medicinais para plantio e distribuídas gratuitamente às famílias camponesas. O acompanhamento inicial era semanal. Também, foram adquiridas telas e sombrites para montar a estrutura das hortas. Logo a paisagem rural local começou a ser modificada e uma nova demanda apareceu: a elaboração de canais de comercialização para os produtos da agricultura camponesa. Era uma novidade! Foi preciso adotar novas estratégias.

Pode-se resumir o empurrão dado pelos pesquisadores ao processo de desenvolvimento sustentável da produção camponesa em diversas direções. A primeira é a produtiva. Apesar do interesse demonstrado em produzir hortaliças, as famílias não sabiam como fazê-lo. Foram necessários os cursos e as práticas, além do acompanhamento nos lotes escolhidos para hortas modelos.

A outra direção foi a política. Os camponeses foram estimulados a se organizarem em torno da associação já existente para buscar o atendimento de seus interesses. No primeiro momento, todo o contato com a prefeitura, seja para o empréstimo de trator, concessão de óleo combustível ou para a manutenção das estradas era feito pelos pesquisadores. Havia, contudo, uma preparação para que os camponeses assumissem esse papel no futuro e isso demorou dois anos depois do início das atividades do projeto.

Houve necessidade de promoção da imagem das famílias beneficiadas pelo projeto. Nesse sentido, o grupo de pesquisadores buscou a divulgação sobre a novidade produtiva do assentamento para a população urbana. As pessoas não acreditavam que seria possível os assentados produzirem alimentos, já que estavam há 10 anos sem conseguir levar hortaliças para serem vendidas na cidade. Foram feitas três matérias televisivas demonstrando a dinâmica evolutiva da produção de hortaliças no assentamento 72.

A outra direção adotada pelos pesquisadores foi a de abertura de canais de comercialização. Foram estabelecidos, inicialmente, dois canais: um contrato com uma empresa terceirizada, fornecedora de alimentos para trabalhadores de uma empresa mineradora; e a abertura de um espaço na feira livre de Ladário para que os camponeses do assentamento 72 pudessem vender seus produtos. A feira era dominada por feirantes bolivianos e por alguns agricultores de Corumbá e os camponeses locais não tinham espaço. A partir de negociações e das articulações, os pesquisadores deram o empurrão necessário para que eles assumissem, a partir de então, a luta por seus interesses.

Com o final dos projetos a situação ficou mais complicada, mas os pesquisadores não deixaram de acompanhar os agricultores, encostando-se nos poucos recursos de outras parcerias e projetos. A oportunidade apareceu com um novo edital do CNPq. Desta vez, feita em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Tratava-se de um edital para apoio e criação de novas incubadoras.

O edital previa o apadrinhamento de uma incubadora madrinha. O que parecia ser uma ótima oportunidade, tornou-se um problema em razão da diferença teórico-filosófica entre a incubadora madrinha e a recém-criada Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Pantanal e da Fronteira (ITCPPF). Como não se conhecia perfeitamente como funcionava a ideia de incubação e a prática se mostrou um problema. Estratégias equivocadas foram impulsionadas pela incubadora madrinha que resultaram em dificuldades para o grupo de pesquisadores locais e para as famílias camponesas. A diferença fundamental é que a incubadora madrinha via o desenvolvimento para o local de cima para baixo, com base em propostas tecnológicas prontas, dependentes de investimentos de capital externos, a serem obtidos via financiamento, e exigia mudança radical na dinâmica e na lógica de produção dos camponeses, enquanto a ITCPPF praticava a concepção de desenvolvimento local, horizontal, valorizando os saberes locais e considerando suas vontades, sua lógica e seu tempo de adoção.

É fundamental que as pesquisas sociais e seus executores tenham claro que os resultados do projeto não devam ser a principal meta, mas, sim a melhoria da qualidade de vida das populações investigadas. Como a incubadora madrinha conduzia as reuniões, algumas promessas que foram feitas impossibilitavam que os membros da recém-criada pudessem assumir o apoio, tornando a dependência inevitável. Isso levou o rompimento com a madrinha e o realinhamento de volta para o caminho das concepções de desenvolvimento territorial/local que vinha sendo trilhado. Essa narrativa é importante para demonstrar como a condução dos projetos podem provocar mais problemas que soluções. Não pode importar o número de pessoas capacitadas, mas quantas, efetivamente, saíram da linha de pobreza. A situação só foi melhorar com uma criação do Núcleo de Estudos e produção orgânica do Pantanal no final de 2017, a partir de outro edital do CNPq em parceria de vários ministérios.

Ainda assim o projeto da incubadora apresentou alguns resultados positivos, dentre eles a criação dum grupo informal de agricultores, porém regidos por um acordo de funcionamento, o Grupo Bem-Estar no final de 2015, formado de famílias camponesas vivenciando a transição agroecológica desde o início do primeiro projeto no assentamento 72 (em 2011). O grupo foi criado com cinco famílias e aumentou para nove, em 2017. O objetivo imediato do grupo informal é organizar a venda dos produtos em feiras diferenciadas e a médio prazo se converter em uma Organização de Controle Social (OCS) para venda direta dos produtos como orgânicos sem certificação, conforme lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003 (Brasil, 2013).

Outro ponto positivo foi a criação da Feira de Produtos em Transição Agroecológica da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Pantanal e da Fronteira, no Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em Corumbá. Foi inspirada na criação da incubadora madrinha, em Campo Grande/MS, coincidentemente no mesmo dia de realização - terça-feira. A feira começou a funcionar em maio de 2016 e já está no seu quarto ano de funcionamento. Em novembro do mesmo ano foi iniciada outra feira para o grupo na Embrapa Pantanal, que a princípio, acontecia nas sextas-feiras de 15 em 15 dias. Ainda no primeiro semestre de 2017 passou a acontecer semanalmente. Em 2018 foi criada uma terceira feira semanal sob a tutela do NEAP no Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS), Campus de Corumbá. Atualmente são três feiras exclusivas para os membros desse grupo de produtores em transição agroecológica do assentamento 72: terça-feira, na UFMS; na quinta-feira, no IFMS e na sexta-feira, na Embrapa Pantanal. O NEAP contabiliza quase 100 feiras, anualmente, somando as três instituições.

Cabe destacar que a intenção inicial sempre foi apoiar a criação de uma associação ou cooperativa de produtores agroecológicos, mas a avaliação das ações, até agora, tem demonstrado que ainda falta coesão ao grupo. Não dá para acelerar o processo social. O tempo é dos camponeses e não do projeto. Acelerar significa produzir mecanismos, embora eficientes no início, que não sustentarão a durabilidade dos empreendimentos solidários.

Os impactos econômicos podem ser analisados em duas escalas: local e regional. A local tem a ver com as famílias atendidas pelo projeto, que possuíam rendas muito baixas, inferiores a R\$ 300,00 por mês. Estavam na linha da pobreza e a produção não era insuficiente para alimentação adequada da família (Costa, 2014). Com o projeto e com as alternativas de produção induzidas no assentamento 72, Estudo feito em 2015 (Feiden et al., 2016) mostrou que algumas das famílias do Grupo Bem-Estar passaram a auferir rendas brutas médias mensais em torno de R\$ 2.000,00, advindas das vendas nas feiras livres, nas feiras de transição agroecológica (onde somente eles podem vender) e, também, para os programas governamentais do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Além disso, passaram a dispor de segurança alimentar para os membros da família e mudaram para hábitos alimentares mais saudáveis. Essas ações contribuíram para atingir os ODS 1 (Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares) e ODS 2 (Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável).

Na escala regional também pode ser vislumbrado importante impacto. Notou-se uma modificação na lógica de oferta de hortaliças na cidade de Corumbá. Até 2010 o abastecimento das feiras livres se dava pelas hortas urbanas, que eram em torno de 20, e pelos agricultores bolivianos da fronteira. Existia muitas dúvidas se era possível produzir hortaliças com a água dos assentamentos rurais fortemente carbonatada, salobra. Os projetos conduzidos no assentamento 72 demonstraram que era possível produzir hortaliças de boa qualidade utilizando essa água como irrigação. Na verdade, essa demonstração aliou-se com o disposto no §1º do art. 1º do Decreto nº 8.473 de 2015, com vistas a fortalecer o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que torna obrigatória a aquisição de um percentual mínimo de 30% de gêneros alimentícios de agricultores familiares. Esses dois fatos estimularam a produção de hortas nos assentamentos de Corumbá. Somando-se que a pressão imobiliária para construção nas áreas anteriormente ocupadas por hortas urbanas, a lógica produtiva é modificada. Os assentamentos rurais passam, juntamente com os agricultores fronteiriços bolivianos, a serem os grandes provedores de hortaliças nas feiras livres e em alguns supermercados de Corumbá.

O NEAP e suas parceiras produziu um calendário agrícola de hortaliças e legumes a fim de facilitar o entendimento da sazonalidade produtiva, com vistas a induzir o aprimoramento das compras da agricultura familiar local, especialmente pela merenda escolar (PNAE). O calendário indica os principais produtos encontrados ao longo do ano na região. Com esse calendário foi possível mostrar aos gestores dos programas de compras governamentais, quais os produtos estão disponíveis nos assentamentos e em que época eles podem ser entregues, permitindo que os editais de compras foquem nos produtos existentes nas épocas adequadas.

Outro elemento importante a destacar é a venda para o Sexto Distrito Naval (6ºDN), da Marinha do Brasil, em Ladário. Na condição de coordenador do projeto da ITCPPF procurou-se o setor de compras da

Marinha para oferecer os produtos do assentamento 72, com a alegação de barateamento do custo do frete e de atendimento da normativa federal (Decreto nº 8.473/2015). Pela insistência desse pesquisador (que apresentou um passo a passo para compra com dispensa de licitação em conformidade com o PAA) e boa vontade do setor, registrou-se a primeira compra da agricultura familiar por um organismo militar no Centro-Oeste brasileiro. A partir de então, a Marinha tem lançado editais e membros do Grupo Bem-Estar tem participado frequentemente. Uma agricultura atinge o limite máximo de R\$ 20.000,00 anuais. Está sendo orientada uma dissertação no Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços que objetiva apresentar elementos fundamentais para atendimento da agricultura familiar local, vez que os editais abertos são de ampla concorrência e, por vezes, os agricultores locais ficam fora do processo licitatório.

Do ponto social, a expressão da melhoria da qualidade de vida é medida pelo sorriso e pelo brilho nos olhos das pessoas ligadas ao projeto. Isso, sem dúvida, é a maior premiação que os pesquisadores poderiam receber. Agricultores que estavam descrentes, com produções tacinhas, atualmente vendem seus produtos nas feiras livres e vislumbram uma esperança de continuar no campo. É certo que nem todas as famílias do assentamento obtiveram resultados como os do Grupo Bem-Estar, mas, algumas já estão estimuladas pelo sucesso deles e começam a produzir com vistas a venda de excedentes (Costa, 2014).

O conceito de desenvolvimento proposto por Amartya Sen (2000) considera que uma liberdade alavanca outras liberdades. De fato, percebeu-se que isso é verdadeiro, pois a liberdade econômica proporcionou elementos para alavancar a liberdade social. Dentre os elementos sociais mais importantes que os projetos desenvolvidos impulsionaram estão a elevação da autoestima e do orgulho de ser camponês, aliada do interesse em aprender a ler e escrever de metade das famílias atendidas pelo projeto. A divulgação televisiva e nas redes sociais do trabalho que o Grupo Bem-Estar vêm desenvolvendo no assentamento produziu um efeito muito positivo na imagem das famílias. Cabe destacar o reconhecimento das pessoas da cidade em relação a isso. A expressão na feira: “eu te vi na televisão” promove uma sensação de aceitação e importância social. São vistos como os agricultores que produzem alimentos agroecológicos e saudáveis e valorizados por isso.

Do ponto de vista ambiental a principal inovação foi a produção de hortaliças sem a utilização de insumos químicos. Isso produziu um efeito extremamente interessante. Evidente que a oferta de hortaliças dessa qualidade promove uma melhoria na segurança alimentar da população urbana e dos próprios camponeses. Mas não para por aí. Vale destacar que a produção em bases agroecológicas elevou e/ou recuperou a qualidade dos solos. Muitas pragas que estavam aparecendo, como cupins por exemplo, simplesmente não apareceram mais, sem nenhum esforço com tal finalidade. As formigas cortadeiras também procuraram novos nichos para não enfrentarem os odores produzidos pelas plantas medicinais colocadas intencionalmente no entorno e nos canteiros.

Destaca-se, ainda, o incentivo à produção consorciada e diversificada. Além de ajudar na conservação do solo promove a diminuição das necessidades de água para irrigação. Isso contribui para alcançar os ODS 6 (Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos) e ODS 15 (Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda). Vale dizer que os assentamentos rurais e as áreas produtoras de hortaliças dos bolivianos estão em meio ao Pantanal, um ambiente muito sensível de impactos ambientais (Figura 2). As medidas adotadas promovem um repensar do descarte dos resíduos sólidos e do lixo orgânico, de forma sinérgica, pois é parte da filosofia da produção em bases agroecológicas.

Figura 2
Horta no Assentamento 72, Ladário-MS.



Fonte: Acervo NEAP, 2019.

Para além da escala local, a indução das técnicas produtivas chegou até o lado boliviano da fronteira. Em 2010, uma pesquisa desenvolvida por Souza (2010) no Mestrado em Estudos Fronteiriços demonstrou que os produtores bolivianos de hortaliças utilizavam, inadvertidamente, agrotóxicos proibidos no Brasil. Em 2016, os pesquisadores do NEAP realizaram um dia de campo internacional no qual convidaram os agricultores bolivianos fronteiriços para participarem de ação no assentamento 72, em um lote de membro do Grupo Bem-Estar. A troca de experiências foi fantástica. O resultado disso é que os bolivianos começaram a se interessar mais pela produção a partir de boas práticas agrícolas. Isso já diminuiu drasticamente o uso de agroquímicos na produção de hortaliças, sem perdas na produtividade. A consequência disso para os consumidores das feiras livres de Corumbá e de Ladário são produtos de melhor qualidade. Com certeza essa mudança positiva deve influenciar na qualidade de saúde dos moradores fronteiriços.

Por outro lado, está sendo estimulada a adoção de quintais agroflorestais para aproveitamento econômico, além da recuperação ambiental das áreas de entorno da casa. Dessa forma, aliam-se essas dimensões para produzir de forma sustentável, ter oferta de sombra e alimentos para animais domésticos.

De acordo com CEPAL/FES (2019), o *Big Push* Ambiental é um arranjo produzido a partir de articulações das diversas formas políticas para promoção de investimentos com vistas a um ciclo virtuoso de desenvolvimento em suas várias dimensões, com geração de emprego e renda, redução das desigualdades e fissuras estruturais e promoção da sustentabilidade. O caso estudado é exemplo dessa conformação socioterritorial. Trata-se do resultado da ação política da universidade, aliada de instituições de pesquisas agronômicas, terceiro setor e prefeitura municipal com a finalidade de preparar e impulsionar as potencialidades produtivas de um meio rural específico. Foram quebradas amarras motivadas por longos

períodos de anestesia social de famílias camponesas, que a partir do empurrão (grande impulso) dos animadores territoriais passaram a assumir o protagonismo de suas vidas.

Este caso pode ser tratado como *Big Push* Ambiental da produção agroecológica. O grande impulso dado no assentamento 72, em Ladário/MS, alinha a pesquisa com as políticas públicas existentes, mobiliza agentes territoriais de diversas escalas e promove mudanças em variadas dimensões. A partir das induções, o grupo de agricultores para a adotar medidas criativas do uso da água, do solo, enfim, dos recursos naturais presentes. Passa a entender de um jeito diferente a razão de produzir. É comum ouvir membros dessas famílias dizerem que produzem saúde e não apenas alimentos.

C. Conclusão

A efetivação de casos do tipo *Big Push* para a sustentabilidade tem nas universidades e instituições de pesquisa importantes indutores do desenvolvimento territorial. No caso estudado, o apoio e estímulo aos agricultores com produção familiar ajudou a romper com a lógica T-D-R, que tem se mostrado muito forte no rural brasileiro. Não basta a recriação camponesa, mas sua permanência. O apoio a iniciativas agroecológicas possui capacidade de dinamizar múltiplas dimensões: econômica, social e ambiental e estimula o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (1, 2, 6 e 15 no caso estudado). É fundamental para atuação com agricultores que se encontram nos limites da sobrevivência ou limiar da pobreza, por não exigir grandes investimentos, já que as tecnologias utilizadas são baseadas em recursos locais de baixo custo e fácil disponibilidade, exigindo poucos insumos externos, e, portanto, pouco investimento financeiro, além do custo dos agentes de animação. Vale acreditar que uma liberdade, uma vez potencializada, tem o poder de estimular outras liberdades.

A presença de animadores territoriais pode promover mudanças significativas na direção do empoderamento, na autogestão territorial e consequente melhoria da qualidade de vida dos camponeses. O grande impulso é, sem dúvida, pela dimensão assumida pelo transbordamento das induções locais para a escala regional, abrangendo, inclusive, as áreas bolivianas fronteiriças.

Dentre as lições aprendidas é possível destacar a necessidade de respeito ao tempo das e a lógica das famílias camponesas, diferentes do tempo dos projetos. Os anseios de pesquisa são, na maioria das vezes, díspares dos anseios do grupo investigado. É preciso alinhar os propósitos das pesquisas e os desejos das comunidades, sob pena de fracasso dos projetos após a retirada da indução externa. Não se pode criar dependência, mas gerar capacidade criativa partindo do que os camponeses já sabem.

Acredita-se que o *Big Push* para a sustentabilidade não se restringe a setores energéticos e de infraestrutura, por exemplo. É possível pensar que a inovação produtiva, trocando a forma convencional pela produção em bases agroecológicas, permite desdobramentos nesses setores. São as induções nessa base que empurrará outras variáveis e dimensões. Estima-se que os efeitos deste estudo de caso continuem proliferando para outras escalas territoriais, afinal, o grande impulso já foi dado.

Recomenda-se que iniciativas como essa tenham uma escala regional. Para tanto é importante que se capacite os agentes de animação territorial para que respeitem a lógica de decisão dos camponeses e, principalmente, o seu tempo de reação e maturação das induções de desenvolvimento. Isso implica que os projetos tenham metas e prazos flexíveis para acolher novas demandas e que aceitem a exclusão de metas que não se mostrarem de interesse dos agricultores.

Referências bibliográficas

- Brasil, República Federativa do (2015), *Resolução nº 73, de 26 de outubro de 2015*, [online] Brasília <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/legislacao-e-regulamentos-do-paa/resolucoes?start=30>.
- _____(2003), *Lei No 10.831, de 23 de dezembro de 2003*, [online] Brasília http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm [acesso em 12ago2019].
- CEPAL/FES (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe)/(Fundação Friedrich Ebert Stiftung) (2019), “Big Push Ambiental: Investimentos coordenados para um estilo de desenvolvimento sustentável”, *Perspectivas*, Nº 20, (LC/BRS/TS.2019/1 e LC/TS.2019/14), São Paulo.
- Costa, E. A. (2014), “A experiência de desenvolvimento rural sustentável no assentamento 72, Ladário – MS”, *Dinâmicas do rural contemporâneo*, Araujo, A.P.C., Vargas, I.A. (orgs.), Campo Grande, Ed. UFMS.
- Costa, E.A., S.S. Zarate e H. A. Macedo (2012), “Princípios do desenvolvimento territorial no assentamento rural 72, em Ladário-MS, Brasil”, *Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas*, Saquet, M.A., E. Dansero e L.Z.P. Candiottto (orgs.), São Paulo, Outras Expressões.
- Feiden, A., L.H. Jung, M. Silva e E.A. Costa (2016), “Levantamento participativo da produção de hortaliças no assentamento 72, município de Ladário-MS, colhidas e vendidas pelo Grupo Bem-Estar no ano de 2015”, *ABA-Agroecologia, Cadernos de Agroecologia*, vol. 11, N. 2.
- Feiden, A. e E.A. Costa (2017), “Diagnóstico da produção e comercialização transfronteiriça de hortaliças na fronteira entre os municípios de Corumbá e Ladário no Brasil e Puerto Quijarro e Puerto Suárez na Bolívia”, *I Seminário Internacional de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável*, IV Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento, Marechal Cândido Rondon, PR, Unioeste.
- Guanziroli, C.E. e A. Di Sabbato (2014), “Existe na Agricultura Brasileira Um Setor que corresponde ao ‘Family Farming’ americano?”, *Rev. Econ. Sociol. Rural*, vol. 52, N. 1.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2016), *Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil, Coordenação de Geografia*, 2ª ed., Rio de Janeiro, IBGE.
- Saquet, M.A (2008), “A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território”, *A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço*, Heidrich, A.L. e outros (orgs.), Canoas, Ed. ULBRA, Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- _____(2007), *Abordagens e concepções de território*, São Paulo, Expressão Popular.
- Sen, A. (2000), *Desenvolvimento como liberdade*, São Paulo, Cia de Letras.
- Soares, L.L.S. e E.A. Costa (2009), “O planejamento territorial como proposta de desenvolvimento a partir dos grandes supermercados de Corumbá-MS”, *Anais do II Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades*, IV Seminário Estadual de Estudos Territoriais, 2009, Francisco Beltrão-PR, Unioeste.
- Soares, L.L.S., S.S. Zarate e E.A. Costa (2009), “O planejamento territorial como proposta de desenvolvimento a partir dos grandes supermercados de Corumbá-MS”, *Anais do XI EREGEO Simpósio Regional de Geografia*, Jataí-GO, AGB/Jataí.
- Souza, S.L. (2010), “As hortaliças de origens boliviana ofertadas nas feiras livres de Corumbá: aspectos transfronteiriços”, *Dissertação de Mestrado em Estudos Fronteiriços*, Campus do Pantanal, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, MS.
- Zarate, S.S., D.S. Santos e E.A. Costa (2009a), “Demandas e fluxos do setor alimentício in natura dos supermercados de porte médio de Corumbá”, *Anais do XI EREGEO Simpósio Regional de Geografia*, Jataí-GO, AGB/Jataí.
- _____(2009b), “Limites e possibilidades do desenvolvimento rural sustentável no assentamento rural 72, em Ladário-MS”, *Anais do II Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades*, IV Seminário Estadual de Estudos Territoriais, Francisco Beltrão-PR, Unioeste.